
Remetente (pessoa jurídica):**CNPJ**

29.979.036/0001-40

Nome da instituição

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Setor

PRESIDÊNCIA

Responsável pelo envio (Pessoa física):**Nome**

NATANIELA CARVALHO

Telefone

(61)3313-4201

E-mailsap@inss.gov.br**Destinatário:****Nome**

ROSA WEBER

Setor

Presidência

Descrição do documento

OFÍCIO SEI Nº 309/2023/PRES-INSS

Assunto: Adesão ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal - CNJ. SEI nº 02433/2023.

Anexos

SEI_11887666_Oficio_SEI_309.pdf

Anexo-II.pdf

Anexo-I.pdf

- Declaro que as informações fornecidas são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito à invalidação do protocolo e às penas da legislação pertinente em caso de fornecimento de dados falsos.
- Declaro que tenho ciência de que este canal não deve ser utilizado para o encaminhamento de peças processuais, sob pena de devolução dos documentos, nos termos da Portaria Nº 52 de 20/04/2010.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Presidência

OFÍCIO SEI Nº 309/2023/PRES-INSS

Brasília, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência a Senhora
ROSA WEBER
Ministra Presidente
Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Assunto: Adesão ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal - CNJ. SEI nº 02433/2023.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.152175/2023-21.

Excelentíssima Senhora Ministra,

1. Ao cumprimentar Vossa Excelência, em atenção ao Ofício-Circular nº 341/GP/2023, de 26 de maio de 2023, informo que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) encaminhou, em 9 de maio de 2023, por intermédio do Ofício SEI nº 254/2023/PRES-INSS, de 8 de maio de 2023, o Termo de Adesão devidamente assinado, conforme documentação anexa.

2. Aproveito a oportunidade para ratificar os termos do Plano de Trabalho anexo ao Ofício-Circular citado.

Atenciosamente,

GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG
Presidente Interino

Anexos: I - Ofício SEI nº 254/2023/PRES-INSS, SEI nº 11465531; e
II - Termo de Adesão, SEI nº 11586677.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO ANDRE FONSECA WAMBURG, Presidente**, em 29/05/2023, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11887666** e o código CRC **95AC43C4**.

PRES – SAUS QUADRA 2 BLOCO "O" – Brasília – DF - CEP 70070946.

Telefone: (61) 3313-4065. E-mail: pres@inss.gov.br

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.152175/2023-21

SEI nº 11887666



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Presidência

OFÍCIO SEI Nº 254/2023/PRES-INSS

Brasília, 8 de maio de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
Desembargadora CARMEN GONZALEZ
Juíza Auxiliar da Presidência
Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Assunto: Adesão ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal - CNJ. SEI nº 02433/2023.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.152175/2023-21.

Excelentíssima Senhora Desembargadora,

1. Ao cumprimentar Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 210/GP/2023 e mensagem encaminhada pelo correio eletrônico do dia 24 de abril de 2023, informamos que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dispõe do Programa de Educação Previdenciária (PEP), cujo o objetivo é disseminar o conhecimento previdenciário para a inclusão social e fortalecimento da cidadania. É através desse Programa que realizamos diversas ações que facilitam a população no alcance dos seus direitos previdenciários e assistenciais.
2. Assim, registro o interesse em aderir ao Programa Justiça Itinerante Cooperativa na Amazônia Legal, e aproveito a oportunidade para encaminhar, em anexo, o Termo de Adesão devidamente assinado, bem como as análises realizadas pelas áreas técnica e jurídica.

Atenciosamente,

GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG
Presidente Interino



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG, Presidente**, em 09/05/2023, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11465531** e o código CRC **A17E4E85**.

PRES – SAUS QUADRA 2 BLOCO O – Brasília – DF. CEP 70070946.

Telefone: (61) 3313-4065. E-mail: pres@inss.gov.br

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 35014.152175/2023-21

SEI nº 11465531

Criado por [dina.matias](#), versão 13 por [diogo.figueiredo](#) em 08/05/2023 17:28:01.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

TERMO DE ADEÇÃO

TERMO DE ADEÇÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2023, REFERENTE AOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL.

O **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, doravante denominado **INSS**, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, Autarquia Federal, vinculado ao Ministério da Previdência Social - MPS, instituído na forma da autorização contida no art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e reestruturado pelo Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco "O", Brasília/DF, CEP 70070-946, neste ato representado pelo seu Presidente Interino, **GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG**, CPF nº 104.550.417-33, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17 do Anexo I do Decreto nº 10.995, de 2022, resolve, por meio do presente Termo, aderir ao Termo de Cooperação Técnica celebrado pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público, para os fins especificados no ato referente aos serviços da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, comprometendo-se a apoiar técnica e operacionalmente o programa mediante adoção de medidas necessárias à concretização do pleno acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG, PRESIDENTE INTERINO DO INSS, declara firme vontade de desenvolver ações conjuntas para garantir e promover o pleno acesso à Justiça na Amazônia Legal por meio dos Serviços da Justiça Itinerante (SEJI) e/ou atividades conexas relacionadas à atividade-fim da entidade, os quais serão implementados mediante o programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, em observância aos arts. 5º, inciso XXXV, 107, § 2º, 115, § 1º, e 125, § 7º, da Constituição Federal; art. 95, parágrafo único, da Lei nº 9.099, de 1995; art. 22, parágrafo único, da Lei nº 10.259, de 2001; Resolução CNJ nº 460, de 2022; bem como aos arts. de 67 a 69 do Código de Processo Civil e à Resolução CNJ nº 350, de 2020, que estimulam a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário, obedecendo-se aos seguintes parâmetros, fixados a partir de diretrizes estabelecidas pelos Conselhos signatários do Termo de Cooperação Técnica:

I - institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal;

II - capacitação profissional acerca das especificidades regionais da Amazônia Legal;

III - produção e/ou veiculação de campanhas de divulgação do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de materiais e demais peças de comunicação institucional referentes a lições de cidadania;

IV - designar profissionais e disponibilizar recursos materiais para a execução dos serviços, relacionados à atividade-fim da entidade aderente, no curso da JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

V - geração e controle de dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas.

1. ATUAÇÃO COORDENADA: O INSS desenvolverá ações, coordenadas e supervisionadas pelo Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade da concretização do direito fundamental de acesso à Justiça na região da Amazônia Legal.

2. GESTOR LOCAL: indica para gestor local do presente instrumento o Senhor Raimundo Pereira Silva Neto, ocupante do cargo de Gerente-Executivo Manaus, endereço eletrônico: raimundo.sneto@inss.gov.br, telefones: (92) 99304 4965 ou 98158 0022, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho correlato ao Termo de Cooperação Técnica ao qual se adere, com supervisão efetuada pela Senhora Sandra Cristina Cardoso de Souza Luna, ocupante do cargo de Coordenadora-Geral de Educação, Desenvolvimento e Carreiras da Diretoria de Gestão de Pessoas, endereço eletrônico: sandra.luna@inss.gov.br, telefone: (81) 99158 8703.

3. VIGÊNCIA: o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com prazo final igual ao do Termo de Cooperação Técnica supramencionado.

4. RESPONSABILIDADES

4.1 São responsabilidades gerais do Conselho Nacional de Justiça:

I - exercer a coordenação-geral, supervisionando as ações do programa JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

II - diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e outras instituições voltadas à docência, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

III - promover a articulação, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV - planejar, em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL, do que devem participar as entidades aderentes;

V - produzir em conjunto com o CJF, o CSJT e o CNMP e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional do projeto em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as inerentes às lições básicas de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração os(as) destinatários(as);

VI - gerar relatórios estatísticos da atuação dos órgãos do Judiciário envolvidos nos eventos, bem como compilar os relatórios setoriais dos demais envolvidos.

4.2 São responsabilidades gerais do CJF, do CSJT e do CNMP:

I - diligenciar, nas Escolas Judiciais Estaduais e Federais e centro de estudos, de acordo com sua esfera de atuação, a realização de ações de capacitação destinadas a Magistrados(as), membros do Ministério Público e servidores(as) com ênfase no objeto do presente Termo;

II - planejar, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, calendário integrado do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

III - promover articulação, em conjunto com o CNJ, com órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, além de outras instituições públicas e privadas essenciais à execução do JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

IV - produzir, em conjunto com o CNJ e as entidades aderentes, as peças de comunicação institucional em formato compatível com o nível de compreensão de seus(as) destinatários(as), o que alcança as lições de cidadania, e divulgá-las também pelo meio mais adequado, levando em consideração as especificidades dos(as) destinatários(as) do material;

V - diligenciar, nos Tribunais e órgãos do Ministério Público vinculados ao respectivo Conselho, a disponibilização de profissionais e meios materiais para a efetivação das ações inerentes ao JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL;

VI - gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

4.3 São responsabilidades gerais do INSS:

I - viabilizar, pela conjunção de esforços, a institucionalização de calendário regular de realização da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, programa sob coordenação-geral e supervisão do CNJ e do qual são partícipes CJF, CSJT e CNMP;

II - viabilizar, no caso de entidade aderente integrante do Poder Judiciário e Ministério Público, a participação dos (as) profissionais que compõem seu corpo funcional em seminários e cursos de capacitação;

III - produzir e/ou divulgar de forma ampla as peças de comunicação institucional do calendário da Justiça Itinerante na Amazônia Legal, além de material referente a lições de cidadania, guardando-se sempre obediência às diretrizes fixadas pelos Conselhos signatários do Termos de Cooperação Técnica;

IV - fomentar as ações objeto deste Termo de Adesão;

V - designar profissionais e recursos materiais para a execução dos serviços envolvidos no JUSTIÇA ITINERANTE COOPERATIVA NA AMAZÔNIA LEGAL; e

VI - gerar e controlar dados estatísticos relativos aos resultados obtidos com as ações por si executadas e disponibilizar ao CNJ para compilação.

5. PUBLICAÇÃO: O presente instrumento será divulgado, pelo **CNJ**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e será mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, em observância ao disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG
Presidente Interino do INSS



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO ANDRÉ FONSECA WAMBURG, Presidente**, em 09/05/2023, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11586677** e o código CRC **417FE1C7**.

Referência: Processo nº 35014.152175/2023-21

SEI nº 11586677

Criado por [sandra.paiva](#), versão 18 por [diogo.figueiredo](#) em 08/05/2023 17:08:16.